

Preto no branco

Antonio Carlos Magalhães já havia dito que não tinha a menor intenção de assinar projeto de teto diferenciado para os três poderes porque isso significava, na prática, aumento de salários sem reajuste do salário mínimo.

Com a decisão do STF de

derrubar a cobrança previdenciária dos inativos, ele consolidou a idéia. Disse que não vai assinar o projeto que, a propósito, precisa das assinaturas do presidente da República, do presidente do Senado, do presidente da Câmara e do presidente do STF.

JORNAL DE BRASÍLIA 02 OUT 1999